

**Procedimento Concursal 3C (Aviso n.º 1061/2017, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 18, de 25-jan-2017) – Assistente Técnico**

**Prova de Conhecimentos**

CORREÇÃO DA PROVA

Possibilidade de consulta: Sim

Formato papel: Sim

Formatos digitais: Não

Duração da Prova: 120 minutos

12 Páginas

**GRUPO I**

**1 A organização do poder político em Portugal preconiza a existência de órgãos de soberania, tais como:**

- D. O Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais.

*Constituição da República, artigo 110.º n.º 1*

**2 No continente, as autarquias locais são:**

- C. As freguesias, os municípios e as regiões administrativas.

*Constituição da República, artigo 236.º, n.º 1*

**3 As autarquias locais têm património e finanças próprios.**

- B. É verdadeiro, cujo regime é estabelecido por lei e visará a justa repartição dos recursos públicos pelo Estado e pelas autarquias e a necessária correcção de desigualdades entre autarquias do mesmo grau.

*Constituição da República, artigo 238.º, n.º 1 e n.º 2*

**4 No caso de empate nas votações em órgãos colegiais...**

- B. o presidente tem voto de qualidade, salvo se a votação se tiver efectuado por escrutínio secreto.

*CPA, artigo 33.º*

**5 Quais os regulamentos que a Assembleia Municipal pode elaborar e aprovar?**

- A. O Regimento do órgão e o Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.

*Lei n.º 75/2013, artigo 25.º, n.º 2, alínea a) e artigo 26.º, n.º 1, alínea a)*

**6 O vínculo de emprego público é aquele pelo qual uma pessoa singular presta a sua actividade a um empregador público, de forma subordinada e mediante remuneração. O vínculo de emprego público reveste as seguintes modalidades:**

- A. contrato de trabalho em funções públicas, nomeação e comissão de serviço.

*LTFP - artigo 6.º n.º 3*

**7 O contrato a termo certo consiste numa modalidade especial de vínculo de emprego público que não pode exceder três anos, nem ser renovado mais de duas vezes, sem prejuízo do disposto em lei especial. Como é que se processa a renovação? É possível a conversão de um contrato a termo certo num contrato por tempo indeterminado?**

- B. A renovação do contrato a termo certo está sujeita à verificação das exigências materiais da sua celebração, bem como a forma escrita, considerando-se como único contrato aquele que seja objecto de renovação e, em caso algum, se pode converter em contrato por tempo indeterminado.

*LTFP - artigos 60.º, 61.º e 63.º*

**8 O trabalhador tem direito a um período de férias remuneradas em cada ano civil, nos termos previstos no Código do Trabalho e com as especificidades previstas na Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas. O período de férias vence-se no dia 1 de janeiro e:**

- D. tem a duração anual de 22 dias úteis, acrescido de um dia útil de férias por cada 10 anos de serviço efectivamente prestado, podendo ser aumentado no quadro de sistemas de recompensa do desempenho ou em instrumento de regulamentação colectiva de trabalho.

*LTFP - Artigo 126.º*

**9 Os trabalhadores da administração pública estão sujeitos a avaliação de desempenho que se rege pelos princípios da orientação para resultados, universalidade, responsabilização e desenvolvimento, reconhecimento e motivação e transparência e imparcialidade. A avaliação de desempenho produz vários efeitos, entre os quais:**

- D. Todas as respostas anteriores estão correctas.

*LTFP - artigo 91.º*

**10 Com a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e, com as alterações entretanto produzidas, foi definido um novo sistema de contabilidade para as autarquias locais, introduzindo profundas alterações nos princípios e regras até então utilizados. De acordo com o POCAL, na elaboração e execução do orçamento das autarquias locais, quais os princípios orçamentais que deverão ser seguidos:**

- A. Independência, anualidade, unidade, universalidade, equilíbrio, especificação, não consignação, não compensação.

*POCAL - Ponto 3-1-1*

**11 No POCAL, o princípio da materialidade:**

- B. É um princípio contabilístico.

*POCAL - Ponto 3-2*

**12 As autarquias locais, no âmbito dos deveres de informação, devem enviar ao Tribunal de Contas, independentemente da sua apreciação pelo órgão deliberativo, até 30 de Abril do ano seguinte àquele a que respeitem, os seguintes documentos de prestação:**

- B. Balanço; Demonstração de resultados; Mapas de execução orçamental; Anexos às demonstrações financeiras; Relatório de gestão.

*POCAL - Ponto 2 (2)*

**13 O Balanço é um documento de prestação de contas, do qual deverá sempre constar:**

- A. O valor bruto do ativo imobilizado (AB), as amortizações acumuladas (AP) e o valor líquido do imobilizado (AL).

*POCAL - Ponto 2-1 e Ponto 5*

**14** Uma vez que os documentos previsionais estão sujeitos a diversas regras na sua elaboração e na sua execução, é natural que durante o ano haja necessidade de modificá-los de modo a poder adaptá-los às situações entretanto decorridas durante o ano. Essas modificações podem ser de dois tipos: alterações e revisões. Se for necessário incluir um novo projeto/ação ou excluir um projeto/ação existente, estamos perante:

- B. Uma revisão orçamental.

*POCAL - Ponto 8-3-1*

**15** Nos diferentes registos contabilísticos, gestão orçamental, patrimonial e de custos, o POCAL utiliza vários classificadores. Quais as classificações utilizadas para a elaboração do Orçamento (Contabilidade Orçamental):

- B. Classificação económica, Classificação funcional, Classificação orgânica e Classificação orçamental.

*POCAL - Ponto 11-3 e Ponto 2-5*

**16** A autarquia tem a decorrer uma empreitada de pavimentação da via pública. Os trabalhos estão a decorrer e o empreiteiro já emitiu a fatura correspondente ao Auto n.º 1. Depois da mesma chegar ao serviço de Contabilidade, qual o melhor procedimento a adotar?

- C. O documento é lançado a crédito da conta 228 - Fornecedores em receção e conferência, seguindo para parecer do técnico responsável pela obra.

*POCAL - Ponto 11-3 (Contas da Classe 2)*

**17** No ciclo da despesa, o cabimento:

- D. Nenhuma das anteriores

*POCAL - Ponto 2-6-1*

**18** No Balcão Único do Município de Monchique é possível proceder à alteração do nome de cliente de contrato de fornecimento de água.

- A. Devendo apresentar documentos de identificação pessoal do requerente e habilitantes do uso do prédio.

*Regulamento de Abastecimento de água ao Concelho de Monchique e CPA*

**19** Todas as pessoas, públicas e privadas, singulares e colectivas, no âmbito do atendimento presencial ao público, devem atender com prioridade sobre as demais pessoas:

- C. pessoas com deficiência, pessoas idosas, grávidas e pessoas acompanhadas de crianças de colo.

*DL 58/2016, artigo 3.º n.º 1*

**20** A regra da prestação digital de serviços públicos, consagra o atendimento digital assistido como seu complemento indispensável e define o modo de concentração de serviços públicos em redes de Lojas do Cidadão e Espaços de cidadão. No espaço de Cidadão de Monchique, entre outros serviços, é possível:

- A. Alterar a morada do título de condução.

*Aviso de serviços disponíveis no Espaço de Cidadão*

## GRUPO II

**1 As reuniões de órgãos colegiais que funcionem como órgãos de soberania, das regiões autónomas ou do poder local são:**

- C. Públicas, excepto nos casos previstos na lei.

*Constituição da República, Artigo 116.º n.º 1; ou*

*Indique a norma legal: RJAL - artigo 49.º, n.º 1; ou*

*CPA - artigo 27.º, n.º 1*

**2 Tendo em conta as actividades a desenvolver, sejam de natureza permanente ou temporária, os órgãos e serviços aprovam e implementam mapas de pessoal contendo a indicação do número de postos de trabalho necessários. No caso dos Municípios qual é a entidade competente para aprovar os mapas de pessoal, em que momento ocorre essa aprovação e qual é a vigência desse instrumento previsional?**

- A. Os mapas de pessoal são aprovados, anualmente, pela entidade competente para aprovar a proposta de orçamento. No caso dos Municípios o órgão competente é a Assembleia Municipal sob proposta da Câmara Municipal. A vigência do mapa de pessoal é de um ano, tal como o orçamento.

*Indique a norma legal: LTFP, artigo 29.º n.º 1 e n.º 3; RJAL artigo 25.º n.º 1 alínea a); DL 209/2009 - artigo 3.º, n.º 2, al. a)*

**3 No exercício económico em curso qual é o normativo contabilístico aplicado às Autarquias Locais?**

- B. POCAL (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais).

*Indique a norma legal: DL 54-A/99, de 22-fev, na versão actual*

**4 No caso de renúncia ao terceiro mandato consecutivo, um presidente de câmara pode candidatar-se nas eleições:**

- B. do quadriénio seguinte ao imediatamente subsequente à renúncia.

*Indique a norma legal: Lei 46/2005, artigo 1.º n.º 3*

**5 O trabalhador está sujeito aos deveres previstos na LTFP, noutros diplomas e regulamentos e no instrumento de regulamentação colectiva de trabalho que lhe seja aplicável. Entre outros, são deveres dos trabalhadores:**

- A. prossecução do interesse público, isenção, imparcialidade, informação, zelo, obediência, lealdade, correcção, assiduidade e pontualidade.

*Indique a norma legal: LTFP, artigo 73.º n.º 2*

### GRUPO III

#### Opção A Balcão Único / Espaço do cidadão

Aquando da abertura do serviço, pelas 9:00 horas, compareceram no Balcão Único/Espaço do cidadão do Município de Monchique três munícipes: um advogado que pretendia alterar a morada do seu título de condução, uma grávida para entregar o requerimento no âmbito do programa Habitajovem e um arquitecto para fazer entrega de dois projectos de especialidades de obras em apreciação nos serviços. O funcionário atendeu o seu já conhecido arquitecto, por ter sido o primeiro a chegar. O advogado solicitou o livro de reclamações e protestou. A munícipe grávida só foi atendida quando o coordenador técnico veio tentar reparar a situação.

Perante o exposto, quais foram os procedimentos incorrectos. Se fosse aquele funcionário como é que teria procedido. Fundamente a resposta.

*Atendimento prioritário - Lei 58/2016 [ 2 pontos ]*

*LTFP - Artigo 73.º, n.º 2, alínea b), c) e h) [ 2 pontos ]*

*Qualidade, conformidade e estrutura [ 1 ponto ]*

#### Opção B

#### Serviço de contabilidade

O Município de Monchique necessita adquirir uma viatura, com capacidade para 9 lugares, para afectar ao Setor da Educação, cujo valor base estimado é de 25.000€. A aquisição deverá ser feita com a maior brevidade possível. Torna-se igualmente necessária a contratação de seguro de danos próprios.

A dotação orçamental da respectiva rubrica prevista para a aquisição é de 20.000€. O seguro está devidamente cabimentado, podendo ser contratado a partir do mês de maio, para uma duração de um ano.

Perante o exposto, quais os procedimentos a realizar, aplicando os princípios contabilísticos, as regras do POCAL e da contratação pública, que considere pertinentes. Fundamente a resposta.

*Alteração orçamental/POCAL [ 1,5 pontos ]*

*Ajuste directo/contratação pública [ 1,5 pontos ]*

*Especialização do exercício/Princípios contabilísticos [ 1 ponto ]*

*Qualidade, conformidade e estrutura [ 1 ponto ]*